



Metodologia para criação de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil

REGO, Diogo¹;

RESUMO EXPANDIDO TRABALHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Grupo Temático 2: Educação para EcoSol: educação popular, políticas públicas para educação e a curricularização da extensão

Resumo

O texto apresenta a potencialidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para o movimento da economia solidária, para isso o texto traz uma proposta de metodologia para a implantação das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária na referida Rede Federal. Esta metodologia é embasada na criação das Incubadoras no IFRN (chamada IFSOL) e no IFAL (chamada IFAL ECOSOL), que trabalham de forma articulada e em rede em diferentes campi. A metodologia é dividida em três etapas: sensibilização e afirmação; formalização e engajamento; consolidação e expansão. Este artigo caracteriza-se, portanto, por ser um estudo de caso qualitativo, baseado numa observação participante e descrita a partir da vivência empírica do autor. Para a construção das suas considerações utilizou-se ainda a revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Economia Solidária; Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária; Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Tecnologia Social.

Introdução

As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) surgem para dar conta da demanda de formação e acompanhamento por parte dos EES e historicamente tem forte relação com as Instituições de Ensino, especialmente as públicas.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) traz concepções e práticas férteis para o fortalecimento da perspectiva da economia solidária como modelo de formação de trabalhadores e de desenvolvimento socioeconômico (BENSADON & ARALDI, 2020). A economia solidária é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, tendo como base a democratização da economia por meio da produção e reprodução da vida de forma justa, solidária, autogestionária e sustentável (FBES, 2013). Além disso, também se constitui como uma estratégia de geração de trabalho e renda para superar a pobreza e a exclusão social com a socialização do trabalho, dos saberes e das decisões, tendo como eixo central a administração democrática de suas iniciativas (Singer, 2002).

¹ IFAL, membro da IFAL ECOSOL e da Rede IF EcoSol, diogofar@gmail.com



A economia solidária está viva na RFEPCT. Por outro lado, há diversos servidores que já atuam com economia solidária nos IFs e CEFETs e não tem o suporte institucional devido. No Portal da Rede Integra foi encontrado no currículo 1249 servidores o termo “economia solidária”, de 34492 possíveis (ou seja, cadastrados no sistema), cerca de 3,6% dos servidores (Krebs, 2025).

Por outro lado, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), divulgou um relatório interno referente aos programas e ações de 2024. Nele há 32 menções ao empreendedorismo em programas e ações com valor aproximado de R\$ 35 milhões de reais. Já o cooperativismo (que é o termo que consta na lei 11.892/2008) ou a economia solidária não são citados em nenhum momento (Brasil, 2024b).

Esse artigo vai apresentar uma proposta de metodologia para criação da ITES nesta Rede com base na experiência empírica do autor na criação das Incubadoras nos Institutos Federais de Ciência, Tecnologia e Educação do Rio Grande do Norte (IFRN, em 2018) e Alagoas (IFAL, em 2022).

Metodologia

O artigo terá uma abordagem qualitativa e descritiva, e irá fazer relações entre conceitos e práticas atuais dos temas abordados. A proposta é apresentada com base na experiência empírica e sistematização do autor.

Resultados e Discussão

Tanto no IFAL como no IFRN a proposta das Incubadoras é que elas trabalhem de forma descentralizada em Núcleos, que é uma peculiaridade quando comparada a outros modelos de ITES. Com isso a Incubadora estaria presente em vários campi e territórios acompanhando iniciativas de economia solidária locais. Esta forma de atuação é peculiar, pois é uma Incubadora organizada em rede, e não uma rede de Incubadoras, ou seja, não são incubadoras autônomas que podem trabalhar conjuntamente em alguma ação específica. Com isso cada Núcleo tem sua autonomia, mas trabalha em rede e em conjunto com os demais membros da Incubadora, inclusive com Núcleos mais desenvolvidos incubando os mais recentes. Diante do exposto, um princípio obvio do trabalho das ITES é a articulação em rede. E aqui o trabalho de forma cooperativa e articulada não é uma meta ou um objetivo, mas deve ser a forma com que o trabalho é desenvolvido. Num contexto em que o individualismo é mais presente em nossas vidas, na nossa cultura, trabalhar em conjunto com o outro é uma afirmação política, como forma de desenvolver nossas ações.

Tanto na IFSOL/IFRN como na IFAL ECOSOL há uma coordenação geral, tendo uma pessoa como titular e outra na vice coordenação, que faz a articulação das ações e da incubadora com a Pró-reitoria ao qual estão vinculados. Cada Núcleo tem um(a) coordenador(a) que participa das reuniões periódicas da Incubadora para trazer as questões dos Núcleos e deliberar sobre outros assuntos. As reuniões são abertas para todos os membros da Incubadora, e é importante que o máximo possível de Núcleos esteja representado. Vale destacar que em ambas as Incubadoras a coordenação



geral e local são escolhidos pelos seus membros e há uma rotatividade na função. O princípio da horizontalidade e democracia é importante nesse processo, tanto na gestão da ITES como também na relação com os grupos acompanhados.

Outros princípios devem permear a atuação das Incubadoras. Um deles é a atuação no território a partir do eixo tecnológico do campus e perfil dos servidores envolvidos. Ou seja, a atuação dos Núcleos tem como foco a habilidade daqueles que participam da iniciativa e de colegas que podem colaborar pontualmente com alguma atividade. Um outro princípio é a formação constante dos membros. A rotatividade de membros, ou seja, saída de uns e entrada de outros é comum pela dinâmica destas instituições. Portanto o processo formativo é relevante para que haja, o máximo possível, o nivelamento do conhecimento entre os membros.

A educação popular também é fundamental em todo esse processo. A metodologia de atuação da ITES deve promover uma relação de emancipação dos trabalhadores e que promova, sobretudo, a cidadania e uma educação libertadora. Deve se valorizar o diálogo entre as diferentes realidades, integrando o saber científico e popular. (Freire, 2014).

E, com base na educação popular, reside uma característica importante das Incubadoras do campo da Economia Solidária e Tecnologia Social: as ações se dão no território onde os grupos atuam. Não se tem a pretensão, por exemplo, de mudar a sede de um grupo para atuar no espaço físico da Instituição de Ensino. Ao contrário, é a partir das ações no local onde se dá a prática econômica e solidária que se pode qualificar a atividade desenvolvida.

A proposta abaixo não deve ser encarada como uma receita pronta, mas como uma tecnologia social em construção e que deve ser mudada para se adequar a cada realidade. Fazer avaliações e ajustes deve ser uma constante. A metodologia está dividida em 3 etapas, que por vezes podem acontecer simultaneamente.

Etapa 1 – Sensibilização e afirmação

Como visto, a economia solidária não é um tema que tem amplo conhecimento na RFEPCT. Portanto a etapa 1 é imprescindível para que a Incubadora tenha foco e identidade, e que haja pessoas com afinidades na temática participando do processo. Nas ITES do IFAL e IFRN a iniciativa para o início desse processo se deu por servidores que conheciam o tema previamente e/ou tinham trabalhos na área.

A sensibilização aqui é voltada para dois públicos internos: os servidores e a direção. Essa fase é importante para analisar qual o apoio será dado para a iniciativa e quais servidores querem fazer parte dessa construção.

Com a direção o diálogo aconteceu, primeiramente, com as Pró-reitorias de Extensão (PROEX). Neste momento se levou uma proposta objetiva, com plano de trabalho inicial, inclusive com perspectiva de recurso necessário para viabilizar a Incubadora. Elas foram atendidas em certa medida e as duas incubadoras começaram com apoio, especialmente para bolsas de estudantes. Com o tempo é natural que a Incubadora crie projetos para captação externa de recursos e não dependa apenas dos recursos internos.



Também nos dois casos foi solicitada pauta no Colegiado de Dirigentes (CODIR, que envolve toda a direção do Instituto, inclusive os diretores dos campi) para apresentar a proposta e sensibilizá-los para fomentarem localmente esse processo.

Com relação aos servidores, no IFRN e IFAL, foi realizada uma reunião aberta, divulgada através do e-mail institucional dos servidores com apoio da PROEX. Em ambos os casos, a maior parte dos servidores presentes na primeira reunião não faziam trabalhos anteriores com economia solidária, mas se interessaram pela proposta e ajudaram na construção da Incubadora.

Nesta etapa é importante afirmar, tanto nos momentos com a direção como nos momentos com os servidores, o que é a economia solidária e a proposta da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES). Além disso deve-se ressaltar bastante a peculiaridade de uma ITES, que tem a sua história, tem suas redes nacionais, tem um público-alvo bem peculiar e uma visão política própria, sendo bastante diferentes das Incubadoras de empresas, inclusive no aspecto metodológico. Esse momento foi importante no IFRN e no IFAL, já que existia em ambos um programa de Incubadoras de Empresas ligadas a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação.

Etapa 2- Formalização e engajamento

Após o momento de sensibilização a Incubadora dará seus primeiros passos, pelo menos formalmente, que é a criação de uma comissão responsável por conduzir o processo de sua implantação. Sua função é construir uma proposta de regimento, definir a coordenação geral e coordenações dos núcleos, o nome e a logomarca da Incubadora, dentre outras questões pertinentes ao contexto. O tempo de trabalho dessas comissões foi em torno de 6 meses e a formalização dos seus membros foi feita via portaria da PROEX.

A forma de composição da comissão é aberta, podendo ser todos que demonstrem interesse ou representantes por campus. As reuniões da comissão eram abertas para agregar novos colegas que tinham interesse em contribuir no decorrer do processo.

A proposta de regimento é importante pois irá definir o que é a Incubadora, como irá atuar, seu funcionamento e estrutura, forma de financiamento, dentre outras questões que o grupo julgue pertinente. O regimento deve ser enviado, debatido e aprovado na instância/órgão em que processos desse tipo costumam tramitar na instituição. No IFRN e no IFAL foram em órgãos diferentes, por exemplo. Embora o relatório do PRONINC aponte que cerca de metade das Incubadoras possuíam algum tipo de formalização (Soltec, 2017), é necessário destacar que na Rede Federal a formalização é um processo importante para conseguir apoio institucional. E a partir de formalizada é necessário construir um modelo de relatório que ajude a sistematizar os resultados, avanços e desafios no período.

Outro ponto de destaque é a definição do nome e logomarca. É importante fazer um processo que envolva as pessoas nessa construção e que a decisão sempre seja democrática. Gerar uma identidade visual é imprescindível para que o grupo seja reconhecido pelos colegas do Instituto e pela comunidade externa.

A partir desse momento a formação deve ser um processo constante. Ele é importante pois nivela o conhecimento e devem ser espaços de construção de propostas para a própria incubadora. Outra questão importante é o acompanhamento por alguma outra



ITES existente, seja da Universidade ou de outro IF. Ter o apoio externo é importante pois ajuda na construção da metodologia e ferramentas de incubação, a dirimir dúvidas e eventuais conflitos, além de inserir a nova organização dentro do movimento local de economia solidária.

Tanto no IFRN como no IFAL a metodologia de Incubação foi feita com os trabalhos de campo dos Núcleos já em andamento. Porém, preferencialmente, é importante que se defina o quanto antes pelo menos alguns princípios metodológicos, até para dar suporte ao novos Núcleos que venham a surgir no processo. Para tanto recomendamos conhecer outras incubadoras e seus trabalhos através de intercâmbios, encontros, formações ou outras formas. A metodologia vem acompanhada da construção de instrumentos e tecnologias comuns aos Núcleos, que dão um subsídio importante para o trabalho.

Por fim, importante que a comissão deixe claro quem será o(a) coordenador(a) geral da Incubadora, o(a) suplente, quais núcleos iram começar os trabalhos e quem serão seus coordenadores. Ouvir a sociedade civil organizada nesse processo é importante para saber deles quais as expectativas que eles têm com relação a ITES na Rede Federal, seja a nível local como no nível estadual.

A forma como será conduzida essa etapa é imprescindível para gerar identidade e engajamento nas pessoas envolvidas com a Incubadora. Fazer um evento formal de lançamento, com ampla comunicação e visibilidade para a comunidade interna e externa é recomendável para gerar um marco para a ITES.

Etapa 3 – Consolidação e expansão.

Quando as ações em campo são iniciadas temos dois casos comuns: o primeiro de servidores que já tem projetos em curso e aqueles que ainda não tem tais ações. No primeiro caso a situação é mais fácil, pois a pergunta é como potencializar a ação já em curso a partir da ação em rede. Inclusive isso acontece mesmo antes do início formal do trabalho da Incubadora. Já no segundo caso a pergunta que aparece é: como encontro esses grupos da economia solidária? E a solução para isso é bem mais simples do que parece. Se no campus tiver o PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar), por exemplo, a ITES pode ajudar na prospecção de agricultores familiares para fornecer ao campus ou dando assessoria aos que já fornecem. Outra possibilidade é conversar com as entidades locais como Fóruns de Economia Solidária, dentre outras organizações com atuação no território em que a Incubadora irá atuar.

Outra dúvida que é comum surgir nessa etapa é: o que vamos ofertar de serviço aos EES? Depende do perfil e formação dos servidores do Núcleo e do eixo tecnológico do campus. Quando surgirem demandas que extrapolem esses dois elementos, aí entra a potencialidade de trabalhar em rede e outros Núcleos são acionados. Uma ação interessante feita no IFRN e IFAL foi o mapeamento das competências dos membros das Incubadoras para facilitar a atuação em rede e o acionamento de algum colega que tenha aquela habilidade requerida.

Para fortalecer o trabalho da Incubadora é importante a realização de intercâmbios para conhecerem outras Incubadoras e outras iniciativas de economia solidária. Deve estimular os membros a escreverem trabalhos, participarem de encontros, seminários,



congressos, dentre outros, sobre o tema. Além disso é sugerido que a Incubadora faça uma espécie de planejamento próprio definindo quem ela é (ou quem somos, alguns chamam de missão), onde ela quer chegar (alguns chamam de visão) e seus princípios (que na administração são conhecidos como valores). Mas mais importante que os nomes é que ela seja feita de uma forma que os membros da Incubadora participem e se apropriem dessas definições. Essas duas ações também podem ser feitas na etapa anterior.

Se faz necessário a definição do que é considerado um Núcleo da Incubadora. É uma definição que deve ser simples num primeiro momento como, por exemplo, ter ao menos um servidor e um estudante que faça um trabalho de ensino, pesquisa ou extensão com ao menos um EES. Outra definição importante é o processo para entrada de novos membros e criação de novos núcleos. Se recomenda aqui que eles passem por algum processo formativo introdutório. Recomenda-se que um Núcleo novo seja “incubado” por um Núcleo já existente.

A Incubadora também deve ficar atenta a gestão da informação interna, fazendo bom uso das ferramentas de comunicação por mensagem e proporcionando fácil acesso as informações e documentos é imprescindível para o trabalho em rede. A comunicação externa é outro fator relevante. Sempre que possível é importante que a ITES esteja presente e alimente as redes sociais, mas sobretudo faça divulgações nos canais Institucionais da sua instituição, em reuniões, em eventos e nos grupos do campus. Dessa forma fazemos com que o público externo e interno ao Instituto esteja informado sobre o que tem acontecido na Incubadora.

É normal que num primeiro momento poucas pessoas se juntem ao processo, mas na medida que o trabalho vai acontecendo, sendo divulgado e reconhecido, mais pessoas se envolvam.

Considerações Finais

Comumente muitos servidores questionam que fazer parte da Incubadora dará mais trabalho. Mas a proposta não é essa, ela é só uma forma para que os projetos de ensino, pesquisa e extensão em economia solidária nos IFs possam atuar coletivamente, se ajudando, dentro de princípios comuns. Obviamente que tem momentos formativos e atividades como as reuniões gerais, mas o ganho que se tem nesses espaços otimiza também o nosso tempo. A construção de uma Rede não deve ser o fim, mas o meio para que os trabalhos sejam mais efetivos e eficientes, e as pessoas são centrais para que essa proposta dê certo.

Os desafios para a criação da Incubadora são inúmeros. Porém não é o objetivo do artigo trazer estes outros debates que, embora sejam relevantes, variam muito de acordo a cada realidade e deve ser objeto de um estudo específico.

Se espera que a metodologia aqui apresentada sirva de inspiração para que outras Incubadoras surjam, especialmente na Rede Federal. Mas importante ressaltar que é necessário analisar criticamente essa proposta para fazer as adequações metodológicas de acordo com cada contexto.

Referências



ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim. O conceito Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (org.). **INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: concepção, metodologia e avaliação.** concepção, metodologia e avaliação. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2018. p. 11-22. Volume I. Disponível em: https://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/Incubadoras-Tecnologicas_v1_1ed2018_web.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BENSADON, Ligia Scarpa.; ARALDI, Etiane. Implementando uma ITES em um Instituto Federal: Economia Solidária no Ambiente da Educação Profissional e Tecnológica. In: **XIII Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural, Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (SICOOPES)**. Castanhal: IFPA, 2020.

BOFF, Leonardo. **A água e a galinha**. Vozes, 2002.

BRASIL (a). Decreto nº DECRETO Nº 7.357, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010., de 17 de novembro de 2010. **Dispõe Sobre O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - Proninc, e Dá Outras Providências**. Brasília , DF, 17 nov. 2010.

BRASIL (b). Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências..** Brasília , 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL (c). CASA CIVIL. . **Governo Federal anuncia 100 novos Institutos Federais no Novo PAC**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 30 set. 2024a.

BRASIL. Setec. Mec. **Programas Projetos e Ações**. Brasília: Setec, 2024b.

CONIF (Brasil) (org.). **Conheça a Rede Federal**: conselho nacional das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/institucional>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Cartilha dos 10 anos do FBES**. Brasília: FBES, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2014.

KREBS, Josiane Roberta. **Economia Solidária na construção da educação profissional e tecnológica no Brasil: articulando uma nova relação com o mundo do trabalho**. Brasília: Rede If Ecsol, 2023. Color.

KREBS, Josiane Roberta. **A formação para o trabalho associado e autogestionário em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a experiência do Programa EcoViamão/IFRS**. UFRGS, 2025. 287p. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

LEAL, Leonardo Prates. Princípios e fundamentos para uma tipologia de incubação tecnológica em economia solidária. In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim



(org.). **INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: concepção, metodologia e avaliação.** concepção, metodologia e avaliação. Rio de Janeiro: Editora da Ufrj, 2018. p. 71-97. Volume I.

NÚCLEO DE SOLIDARIEDADE TÉCNICA - SOLTEC (Rio de Janeiro). Núcleo Interdisciplinar Para O Desenvolvimento Social - Nides/ufrj. **AVALIAÇÃO DO PRONINC:** Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. 154 p. Disponível em: http://nides.ufrj.br/images/RelatorioProninc/Avaliacao_Proninc_2017.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

PERISSÉ, Camille. *et al.* A avaliação do Proninc 2017: metodologia e resultados. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 63, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8133/1/bmt_63_avaliao%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 01 ago. 2018.

REDE IF ECOSOL (Brasil). **Organização do movimento Rede IF EcoSol.** Brasil: Gt Estruturação, 2023.

RÊGO, Diogo Ferreira de Almeida. **A NATUREZA DA COMERCIALIZAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL.** 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social,, Ciags – Centro Interdisciplinar de Apoio À Gestão Social Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RÊGO, D. F. de A.; KREBS, J. R.; RODRIGUES, A. V. N.; ARALDI, E. Rede IF EcoSol: trabalho em rede para o fortalecimento da economia solidária na Rede Federal de EPT. **Revista Gestão e Organizações.** Paraíba, v.9, n.x, 2024.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.